

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, DA LOCALIZA RENT A CAR S.A.

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

a. Localiza Rent a Car S.A., companhia com sede na Avenida Bernardo Monteiro, nº 1563, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30150-902, inscrita no CNPJ/MF sob nº 6116.670.085/0001, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado, como agente fiduciário,

b. Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ/MF 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 2ª emissão pública de debêntures da Emissora (“Debenturistas”), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados “Partes”;

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Flutuante, da Localiza Rent a Car S.A.” (respectivamente, “Escritura”, “Emissão” ou “Oferta” e “Debêntures”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada de acordo com as deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizadas em 10 de abril de 2007 (“RCA”), 9 de maio de 2007 (“RCA”) e 4 de junho de 2007 (“RCA”).

1.1.2. A Emissão será realizada no âmbito do primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora (“Programa de Distribuição”), o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O Programa de Distribuição será arquivado na CVM nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400/03”).

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ANBID E OUTROS

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na CVM, na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, devidamente consolidada (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM 400/03e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), no prazo máximo de 15

(quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 21 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 22 de setembro de 2005 (“Código ANBID”).

2.1.2. REGISTRO NO SDT E BOVESPAFIX

As debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

2.1.2.1. REGISTRO NO SND E BOVESPAFIX

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

2.2.1. As atas das RCA que aprovaram a Emissão serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no jornal “Hoje em Dia” e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2 A ata da RCA que aprovará a taxa final será devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no jornal “Hoje em Dia” e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA

2.3.1. Esta Escritura será inscrita na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

3.1.1. O montante total da Emissão será de até R\$ 200.000.000,00, na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1 abaixo.

3.1.2. A Emissora concedeu ao BB Banco de Investimentos S.A. e ao Banco Citibank

S.A. (“Coordenadores”) uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 3.000 (três mil) Debêntures, equivalente a até 15% do volume total da Emissão (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelos Coordenadores, após concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), exclusivamente para atender a um excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, a ser conduzido, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas (“Opção de Lote Suplementar”).

3.1.3. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá, mediante acordo entre a Emissora e os Coordenadores, ser aumentada em até 4.000 (quatro mil) Debêntures, equivalente a até 20% (vinte por cento) do total das Debêntures inicialmente ofertadas, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400/03 (“Debêntures Adicionais”).

3.2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.2.1. Observado o disposto nas Cláusulas 3.1.2 e 3.1.3 acima, serão emitidas até 20.000 (vinte mil) Debêntures.

3.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.3.1. Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão para liquidação do Contrato de Abertura de Crédito e outras Avenças celebrado entre a Emissora e o Banco Citibank S.A em 19 de abril de 2007 e das Cédulas de Crédito Comerciais Nos. 40/00232-2 e 40/00231-4 datadas de 20 de abril de 2007 emitidas contra o Banco do Brasil S.A., conforme descrito no suplemento preliminar da Emissão (“Suplemento Preliminar” e no suplemento definitivo da Emissão (“Suplemento Definitivo”, e em conjunto com o Suplemento Preliminar, os “Suplementos”). Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, se houver, serão aplicados na expansão de frota, conforme descrito nos Suplementos.

3.4. LIMITE DA EMISSÃO

3.4.1. A 2ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (a) o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$199.584.834,38 (cento e noventa e nove milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e oito centavos) e (b) não ultrapassa o limite legal estabelecido no artigo 60, parágrafo 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações para as Debêntures com garantia flutuante, conforme tabela abaixo:

Posição em 31 de março de 2007	RS (milhões)
1ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A)	350,0
2ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (B)	200,0
Total de Emissões com Garantia Flutuante (C)	550,0
Ativo Total (D)	1.319,8
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E)	130,0
Ativo Líquido (F=D-E)	1.189,8
Total de Emissões com Garantia Flutuante / Ativo Líquido (C/F)	46,2%

3.5. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de liquidação para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais), com a intermediação dos Coordenadores. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no contrato de distribuição a ser celebrado pela Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”). As Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.

3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro do Programa e da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início (“Anúncio de Início”) e a disponibilização para os investidores do Suplemento Definitivo, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

3.5.3. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início.

3.5.4. Será adotado o procedimento de coletas de intenções de investimento (*bookbuilding*), organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos (“Procedimento de Bookbuilding”) para a definição da quantidade de Debêntures e da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.3).

3.5.5. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento desta Escritura, sendo ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora e divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03).

3.6. BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR

3.6.1 O Banco Citibank S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures (“Banco Mandatário e Escriturador”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA EMISSÃO

4.1. DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de julho de 2007 (“Data de Emissão”).

4.2. SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1. *Forma de subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos do SDT e da CETIP.

4.2.2. *Prazo de subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

4.2.3. *Forma de integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional sendo que o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definidos na Cláusula 4.3. abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.3. VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

4.5. CONVERSIBILIDADE

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.6. ESPÉCIE/GARANTIA

4.6.1. As Debêntures são da espécie com garantia flutuante.

4.7. FORMA

4.7.1. As Debêntures são da forma nominativa e escritural. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será expedido pela CETIP relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na

CETIP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.8. PRAZO E VENCIMENTO

4.8.1. O prazo das Debêntures é de sete anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de julho de 2014 (a “Data de Vencimento”).

4.9. ATUALIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e estabelecidos com base na variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, CDI “over” extra-grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”) no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada de uma sobretaxa máxima de 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 dias, de acordo com a seguinte fórmula (“Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = produtório das taxas DI Over, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um

número inteiro.

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde } : k = 1, 2, \dots, n$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Spread ou Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$Spread$ = $Spread$ ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*,

n = É o número de Dias Úteis entre a data de pagamento de Remuneração anterior e a data atual, sendo “ n ” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorJuros x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.1. A Remuneração das Debêntures mencionada na Cláusula 4.9.2 acima será efetivamente apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

4.9.3. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

4.10. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures e será amortizado conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
2 de julho de 2012	33,3%
2 de julho de 2013	33,3%
2 de julho de 2014	33,4%

4.11. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.11.1. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 2 de janeiro de 2008 e o último na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures que assim constem no Banco Mandatário e Escriturador ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

4.11.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração das TDI_k , o valor da última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.11.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado. A AGD será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

4.11.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das

alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizada para o cálculo da remuneração das Debêntures a apuração das TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo; ou

(b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em Circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere este item.

4.11.7. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio do Banco Escriurador e Mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou ao SND.

4.12. REPACTUAÇÃO

4.12.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.13. RESGATE ANTECIPADO

4.13.1. As Debêntures estarão sujeitas a resgate antecipado. A Emissora terá a faculdade de, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês após a Data de Emissão, promover o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures nas datas de pagamento de juros mediante (i) deliberação de seu Conselho de Administração; (ii) publicação de aviso aos debenturistas, com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data do resgate, informando: (a) data do resgate antecipado; (b) quantidade de debêntures a serem resgatadas; (c) que o valor do resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e do prêmio de reembolso incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; e (d) o valor do prêmio, calculado de acordo com a seguinte fórmula (“Prêmio de Reembolso”):

$$\text{Prêmio de Reembolso} = (0,01 \times (\text{DD}/\text{TDC})) \times \text{VNe}$$

onde,

Prêmio de Reembolso = valor unitário do prêmio incidente sobre o saldo do valor nominal unitário, expresso em R\$, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

DD = número de dias corridos a partir da data do resgate até a Data de Vencimento

TDC = número total de dias corridos desde o 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento ou seja, 1.461.

Fica definido que, caso ocorra o resgate parcial citado, o mesmo deverá ser realizado (i) mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário e divulgado pela imprensa, de acordo com o disposto no item 6.5, “r”, inclusive no que concerne às regras do sorteio; (ii) para as debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e de venda definitiva”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, ficando definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (iii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iv) por meio da Instituição Depositária, no caso do debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC.

4.13.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

4.14. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração anterior até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.15. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.15.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

(a) (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (iii) decretação de falência da Emissora; (iv) se a

Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (v) se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (vi) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; ou ainda (vii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;

(b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) salvo se, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a Emissora tenha comprovado que tal protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) foi cancelado; ou (iii) tiver sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

(c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas;

(d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;

(e) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relevante relacionada à Emissão assumida nesta Escritura, salvo se, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;

(f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou o seu contravalor em outras moedas;

(g) a incorporação, fusão ou cisão da Emissora, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembléias relativas à operação, aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;

(h) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

- (i) caso a Emissora esteja em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora acima do mínimo legal, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (k) a atividade principal da Emissora deixe de ser o aluguel de carros e atividades diretamente relacionadas a aluguel de carros;
 - (l) se a Standard & Poors rebaixar o *rating* da Emissão em duas ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação a concedida na Data de Emissão, em virtude de qualquer alteração na composição societária, que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do “Poder de Controle da Emissora” pelos atuais controladores, ou na ausência da Standard & Poor’s, caso a classificação equivalente emitida pela Moody’s ou Fitch Rating esteja em nível equivalente ao de duas notas abaixo daquela concedida na Data de Emissão pela Standard & Poor’s.
- “Poder de Controle da Emissora” é o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Emissora, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante, conforme definição constante do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
- (m) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente. As apurações serão feitas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
- (i) Índice obtido da Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado não superior a 3,25,

onde :

“Dívida Líquida” significa o valor calculado em bases consolidadas igual (a) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos); diminuído (b) das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários, e títulos públicos e privados de qualquer natureza e (c) dos efeitos da marcação a mercado das operações de derivativos; e

“EBITDA ajustado” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas de depreciação e amortização, ajustado: (a) ajustado pelas despesas (receitas) não operacionais líquidas e (b) ajustado pela participação minoritária. Para fins desse cálculo, o resultado da venda de veículos é operacional.

(ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA ajustado (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2,00,

onde:

“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses efetivamente desembolsadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial de juros e principal das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos);

4.15.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula 4.15.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

(a) Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.15.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto abaixo e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula abaixo. A AGD aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação, o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da AGD nos termos da primeira convocação.

(b) A AGD a que se refere a Cláusula (a) anterior poderá, por deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.3. No que se refere aos nos subitens “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l” e “m” da

Cláusula 4.15.1 acima, caso (i) não haja acordo entre os Debenturistas e a Emissora na AGD mencionada no item (a) da Cláusula 4.15.2 acima ou (ii) caso não haja deliberação em tal AGD, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, a menos que, após a realização de tal AGD, Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.4. Para fins do item (a) da Cláusula 4.15.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

4.16. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.16.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.15 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da CLÁUSULA IX desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.19.1. Em caso de vencimento antecipado não será devido o Prêmio de Reembolso estabelecido na Cláusula 4.13.1.

4.17. LOCAL DE PAGAMENTO

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, ou (b) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas pelo Banco Mandatário e Escriturador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.18. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo.

4.19. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.19.1. Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2%

(dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da Remuneração.

4.20. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.20.1. O não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.21. PUBLICIDADE

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, em um dos seguintes jornais de circulação nacional: jornal “Valor Econômico”, jornal “Gazeta Mercantil”, jornal “O Estado de São Paulo” ou jornal “A Folha de São Paulo”, edições nacionais.

4.22. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

4.22.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.23. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.23.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data do pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar suas Debêntures até a data posterior ao pagamento.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita

pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem “m” da Cláusula 4.15.1 desta Escritura;

- (ii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem “m” da Cláusula 4.15.1 desta Escritura;
 - (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.15 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
 - (iv) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (“Instrução CVM nº 202/93”) e suas alterações posteriores;
 - (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na letra (“d”) abaixo; e
 - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração).
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
 - (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;

- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora aprovada pelo Conselho de Administração, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
- (e) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND, do Bovespa Fix e da agência de *rating*;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;
- (j) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
- (k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (m) contratar e manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a Data de Vencimento, amortização ou resgate total das Debêntures, devendo (i) manter anualmente atualizada a classificação de risco, (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário e a CVM, os relatórios de classificação de risco no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures; e

- (o) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.3. desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima, solicitar aos debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas; e (b) excluem os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os

demaís debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM nº 28”), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;

- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (m) está ciente da regulamentação aplicável.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura:

- (a) parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo que a primeira parcela será paga no quinto dia útil após a obtenção do registro da Emissão pela CVM, e as demais a cada 3 (três) meses;
- (b) as parcelas dispostas nas alíneas acima serão atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, a partir da data da assinatura desta Escritura, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura;
- (c) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês; e
- (e) as parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), do Programa de Integração Social (PIS), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função, na hipótese de superveniência, ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, inclusive aqueles previstos na CLÁUSULA V desta Escritura, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.21.1. desta Escritura;
- (k) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures e outros pagamentos como aquisições e vendas de Debêntures realizados no período;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 2ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (o) colocar o relatório de que trata a Cláusula anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora;
 - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da 2ª Emissão, conforme por esta indicado;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.21.1. desta Escritura, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;
- (r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos

interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada na Cláusula 4.21. desta Escritura; e

- (u) fazer cumprir que a Emissora mantenha atualizado, pelo menos anualmente e até o vencimento, o relatório de avaliação (*rating*) das Debêntures, bem como dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado e, ainda, encaminhar o relatório de avaliação (*rating*) à ANBID.

6.6. Observado o disposto na Cláusula 4.15. acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na forma e nas hipóteses permitidas nesta Escritura e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.15.2. e 4.15.3., o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) da Cláusula 6.6 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) da Cláusula 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim e mediante o voto afirmativo dos detentores de metade mais uma das Debêntures em Circulação.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 6.4. desta Escritura até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Convocação

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais

constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.4 Aplica-se à AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

7.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva AGD.

Quorum de Instalação

7.9. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.10. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle).

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

Mesa Diretora

7.12. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembléia ou àquele que for designado pela CVM.

7.13. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Quorum de Deliberação

7.14. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula e os *quorums* específicos previstos nas Cláusulas 4.15.1 “g”, 4.15.2, 4.15.3 e 6.6.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nos condições de prazo e resgate das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VIII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (f) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais encontram-se válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;
- (g) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora;

- (h) as demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e 31 de março de 2006 e 2007 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil;
- (i) o Suplemento Preliminar contém, em sua respectiva data, as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, relativamente à distribuição pública, às Debêntures, à Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes, não contendo declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes;
- (j) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Suplemento Preliminar que digam respeito exclusivamente à Emissora, às suas controladoras diretas e indiretas e às suas coligadas serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias materiais e relevantes que possam afetá-las e com base em suposições razoáveis;
- (k) não há fatos relativos à Emissora ou às Debêntures, que sejam do conhecimento da Emissora, não divulgados no Suplemento Preliminar cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração constante do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica, e afete de maneira adversa a Emissora e/ou a Emissão;
- (l) exceto pelas contingências informadas no Suplemento Preliminar, na data de assinatura desta Escritura não há descumprimento de qualquer disposição contratual, nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de conhecimento da Emissora, que possa afetar de maneira adversa a Emissora;
- (m) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, no que se refere exclusivamente à Emissora.

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Localiza Rent a Car S.A.
Av. Bernardo Monteiro, nº 1563,
30150-902 Belo Horizonte, MG.
Tel.: (31) 3247-7039
Fax: (31) 3247-7755
At.: Roberto Antônio Mendes
Email: ri@localiza.com

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro 99, 24º andar,
20050-005 Rio de Janeiro, RJ.
At.: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira
Tel./fax:(21) 2507 1949
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Citibank S.A.
Av. Paulista, 1.111, 10º andar,
01311-920 São Paulo, SP.
At.: Sr. Rafael Cardenas
Tel.:(11) 4009-3888
Fax: (11) 4009-7558
E-mail: rafael.cardenas@citi.com

Para a Bovespa:

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Rua XV de Novembro, 275,
01013-001 Centro - São Paulo, SP.
www.bovespa.com.br

Para a CETIP:

Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP
Rua Líbero Badaró, 425/24º andar,
01009-000 São Paulo, SP.

Av. República do Chile, 230, 11º andar,
20031-170 Rio de Janeiro, RJ.
www.cetip.com.br

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em

razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente proposta, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.7. Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2007

*Página de Assinatura da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures
Simplex, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Flutuante, da Localiza
Rent a Car S.A.*

LOCALIZA RENT A CAR S.A.


EM
Nome: EUGENIO FACELLI MATTAR
Cargo: DIRETOR ESTATUÁRIO

SM
Nome: JOSÉ SALIM MATTAR JÚNIOR
Cargo: DIRETOR ESTATUÁRIO

*Página de Assinatura da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures
Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Flutuante, da Localiza
Rent a Car S.A.*

PAYARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: **MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA**
Cargo: *Sócio - Administração*


Nome: **CARLOS ALBERTO ROCHA**
Cargo: *Procurador*

Página de Assinatura da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures
Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Flutuante, da Localiza
Rent a Car S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome: JOSEFINO H. HYOS
RG: 224.145 9.128-60

Nome: MALES SEISCENTO BAPTISTA
RG: 27757 606-4